

TERRAS DE PRETO EM TERRAS DA SANTA:
Itamatatiua e as suas dinâmicas quilombolas*

LAND OF THE BLACK IN LAND OF THA SAINT:
Itamatatiua and its "quilombola" dynamics

TIERRAS DE NEGRO EN LAS TIERRAS DE LA SANTA:
Itamatatiua y sus dinâmicas quilombolas

Luiz Oosterbeek
Milena das Graças Oliveira Reis

Resumo: O comportamento humano é um processo que se estrutura em territórios e que se materializa através da mobilidade e de interações que ocorrem em sequências temporais nesses territórios. As identidades se forjam, assim, pela *práxis* cultural no território, aderindo a ele e configurando-o enquanto paisagem, enquanto espaço antropizado. Apresentam-se os resultados de uma pesquisa que abordou a problemática do território de Itamatatiua (Alcântara, MA) e dos conflitos dele advindos, e que permitiu apreendê-lo sob o ponto de vista da sua relação espaço-tempo-causalidade e relações socioculturais e de poder.

Palavras-chave: Território. Quilombo. Identidade. Paisagem.

Abstract: Human behaviour is a process that becomes structured in territories and is materialised through mobility and interactions occurring in temporal sequences in those territories. Identities are forged, hence, by the cultural *praxis* in the territory, adhering to it and perceiving it as landscape, as anthropicised space. The results presented are from a research which addressed the issue of the Itamatatiua territory (Alcântara, Maranhão, Brazil) and the resulting conflicts, enabling to study those under their space-time-causality relation and the socio-cultural and power relations.

Keywords: Territory. Quilombo. Identity. Landscape.

Resumen: El comportamiento humano es un proceso que se estructura en los territorios y que se materializa por la movilidad y las interacciones que ocurren en secuencias temporales en esos territorios. Las identidades se construyen, así, por la *praxis* cultural en el territorio, sumándose a él y configurándolo como paisaje, como espacio antropizado. Se presentan los resultados de una investigación que focó la problemática del territorio de Itamatatiua (Alcântara, Maranhão, Brasil) y los conflictos resultantes, lo que permitió estudiarlos bajo su relación espacio-tiempo-causalidad y de las relaciones socioculturales y de poder.

Palabras clave: Território. Quilombo. Identidad. Paisaje.

1 INTRODUÇÃO

O comportamento humano é um processo que se estrutura em territórios e que se materializa através da mobilidade e de interações que ocorrem em sequências temporais nesses mesmos territórios. Essas interações, destinadas a assegurar as necessidades dos grupos humanos, são a matriz econômica dos territórios plasmada através de modos de fazer (téc-

nicas, saberes) e representações sociais que diferenciam culturalmente as comunidades. As identidades se forjam, assim, pela *práxis* cultural no território, aderindo a ele e configurando-o enquanto paisagem, enquanto espaço antropizado. Um território antropizado estrutura-se, por sua vez, em torno de um conjunto de percepções de base histórica, social, tecno-

*Artigo recebido em outubro 2011
Aprovado em dezembro 2011

lógica, étnica ou outra (OOSTERBEEK, 2010). É neste âmbito que se deve compreender a unidade e a diversidade das comunidades quilombolas, unidas por um processo histórico, social e étnico, mas diferenciáveis nas suas especificidades.

O presente artigo decorre da pesquisa realizada por M. Reis no âmbito do Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, pelo Instituto Politécnico de Tomar e Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal), que teve entre suas diretrizes analisar as dinâmicas de transformação de um território étnico¹ – uma comunidade negra rural – a partir da transposição do título espaço-territorial de terras de santo para terras de quilombo, tendo como objeto sua formação identitária. Diante deste e do campo de pesquisa estabelecidos, era necessário formular questionamentos que pudessem nortear a análise proposta e permitir que a investigação se desenvolvesse de modo a chegar às respostas formadoras do objetivo mencionado. Assim, o conhecimento sobre a forma como a paisagem influenciou a construção identitária da comunidade, como o espaço fora organizado e modificado no decorrer dos anos e como a apropriação de identidade quilombola se refletia no discurso interno do sítio se tornaram pontos-chaves nessa proposta.

Todo o trabalho ocorreu num período de dois anos a contar de setembro de 2008, quando das disciplinas teórico-práticas do Mestrado, em que campos teóricos interdisciplinares se fizeram presentes na vertente arqueológica, sem deixar de dar espaço a outras áreas de fundamental importância no desenvolvimento das pesquisas. Em seguida, vieram os trabalhos de campo que decorreram de agosto de 2009 a maio de 2010, totalizando dez meses contínuos de atividades que se dividiram entre: pesquisas bibliográficas, contato com o sítio, produção de entrevistas semiestruturadas, participação do cotidiano da comunidade e observação empírica de suas práticas socioculturais, econômicas e políticas (relações de poder), além de registros audiovisuais e cadernos e/ou relatórios de campo produzidos em cada viagem realizada.

Como resultado, partindo de todo um cuidado necessário – e devido, sobretudo, por se tratar de um espaço marcado por uma historicidade oriunda de práticas escravagistas e de faltas sociopolíticas e culturais decorrentes desse processo, para além das questões fundiárias –, produziu-se um estudo analítico diante dos questionamentos levantados e, principal-

mente, que se insere não só no sítio pesquisado, como serve de aporte também para outras comunidades negras rurais quilombolas do Brasil. Isso porque o trabalho abordou a problemática do território e dos conflitos dele advindos, como também permitiu apreendê-lo sob o ponto de vista da sua relação espaço-tempo-causalidade e relações socioculturais e de poder.

2 O TERRITÓRIO

Itamatatua está inserida na baixada ocidental do Estado do Maranhão. O estado possui mais de seis milhões de habitantes, com uma economia baseada na indústria (transformação de alumínio em alumina, alimentícia, madeireira), no comércio, nos serviços, no extrativismo (babaçu), na agricultura (soja, mandioca, arroz, milho) e na pecuária. É o segundo Estado da federação em número de negros, pretos e pardos, representando 72,4% da população², e o maior do país em número de comunidades remanescentes de quilombos, podendo ser considerado um estado ainda rural (REIS, 2010). Sob esse vértice, em especial no que se refere à questão quilombola, o Maranhão tem um papel acentuado ao mesmo tempo em que se coloca em situação secundária quando se trata da luta de terras – de mais de 700 sítios quilombolas identificados, pouco mais de 20 são titulados. Por isso, compreender a problemática situacional desses sítios quilombolas implica conhecer todo o processo histórico embutido nesses conflitos e de que forma se posicionam em espaços como a comunidade de Itamatatua, campo de estudo desta pesquisa e parte intrínseca dessa luta pela titulação das terras em que constituíram sua descendência.

Itamatatua está a 90 km da capital, São Luís e a 70 km de Alcântara, da qual faz parte, e possui em torno de 450 habitantes distribuídos em 132 famílias³, com uma economia baseada numa agricultura de subsistência, programas sociais do Governo Federal, criação de animais e produção de artefato cerâmico. Segundo narrativa local, Itamatatua tem hoje 311 anos, mas sua origem ainda é discutida na comunidade, o que gera por parte dos mais velhos várias possibilidades para o seu surgimento. Contudo, dados documentais apontam para o sítio como uma antiga fazenda pertencente à Ordem Carmelitana, que, após declínio do período escravocrata e sua extinção, deixou as terras para os negros que lá habitavam, os quais constituíram a partir daí para o povoamento do sítio através de gerações.

Para a região foram trazidos africanos da etnia Banto e Mina-Jeje, não se conhecendo estruturas originais de povoamento. Mas não seria de todo errado visualizar, a partir de algumas características como a organização espaço-territorial desta comunidade (o que também pode ser aplicado para demais regiões do estado), uma relação entre a organização do espaço materializada na disposição das casas e sua tipologia. O patrimônio material da comunidade comporta em especial lugares e construções (cemitério, igreja, casas de farinha, Fonte do Chora, Pedra de Encantaria e outros), além de peças artesanais e fragmentos, que sobrevivem num contexto em que produtos industriais se tornam cada vez mais presentes. Este universo material (produzido por técnicas que exprimem o saber fazer que estrutura a identidade) coaduna, pelo lado imaterial, as lendas e mitos locais, a religiosidade e, em termos globais, a cultura de Itamatatiua, refletida nas danças, rezas e benzimentos, contos e relatos antigos, saberes e fazeres passados por meio da sua oralidade e dos gestos cotidianos (o mexer da farinha, o modelar da cerâmica, o preparar da terra para o plantio e outros).

Deve-se destacar a importância da cerâmica na comunidade como parte não só tangível desse patrimônio, mas também como expressão simbólica, se se pensar que esta prática deriva do período em que Itamatatiua esteve sob domínio dos carmelitanos, atuando hoje como porta de entrada do sítio, sob o aporte do turismo; como meio de subsistência, complementando a renda local com as vendas e pelo viés simbólico; como prática ensinada através das fontes orais – de mãe para filha, de avó para neta, de irmã para a irmã, etc – e que representa a manutenção de uma tradição que se ressignifica com o passar dos anos. Permanecendo uma atividade com forte expressão, perderam-se, contudo, as tipologias originais, expressão desse processo de ressignificação.

A comunidade se organizou estruturalmente de forma autônoma, através da construção de redes de relações transgeracionais, cujo resultado se observa nas relações existentes na atualidade, sejam elas referentes ao espaço físico-territorial, sejam ao espaço simbólico. É importante mencionar que, sob esse aspecto, a figura de Santa Teresa D'Ávila de Jesus ocupa um lugar central tanto na discussão no que concerne às disputas pela terra, quanto na sua formação identitária.

Após a saída das Carmelitas, embora as terras tenham permanecido oficialmente com a União, no imaginário popular (fato esse que foi difundido ainda no período da Ordem), a fazenda passou a pertencer à santa espanhola, cuja representação junto aos moradores se figurava (e consiste até os dias atuais) no papel de mãe e protetora. É neste processo que se passou a adotar o sobrenome “de Jesus” em boa parte da população, entre os mais antigos sobretudo, como homenagem à sua padroeira.

O pessoal diz que a Santa contou em sonho que queria morar num lugar muito carente, pra ela poder cuidar, levantar sua igreja. Então, diz que ela escolheu Itamatatiua, porque aqui era carente, porque ela podia cuidar. Então nós nos tornamos filhos dela, né? (Heloisa de Jesus, moradora de Itamatatiua, em 07.02.2010) (informação verbal)⁴.

Essa assertiva remete ao aspecto dentro da simbologia representada pela figura de Santa Teresa na comunidade e se refere à posse das terras de Itamatatiua. Para os moradores, Santa Teresa é coautora do processo que transformou os negros escravos em donos da terra, confluindo assim para a denominação de “*Terras de Santo*” ou “*da Santa*”. Tal afirmativa vai ao encontro do que diz Almeida (2008) sobre a adoção de denominações próprias, consoante o santo padroeiro das comunidades, o que recobria seus limites e lhes conferia unidade territorial, exemplo de Itamatatiua. Diz mais que, nas chamadas “terras de santo”, as formas de uso comum coexistem a nível da imaginação dos moradores, como uma legitimação jurídica de fato desses domínios. O santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional, como pode ser observado na fala de um morador da comunidade:

Quando era terra de santidade, a terra de Santa Teresa, todo mundo respeitava. Não era pago no cartório, porque era terra de santo; ai ninguém pagava nada. Hoje ela tá no executivo, porque ninguém pagava nada. Eles disseram que santo não tem terra [...]. (Francisco Bracinho, morador de Itamatatiua, em 07.02.2010) (informação verbal)⁵

A fala de “Seu” Francisco Bracinho remete à realidade não só de Itamatatiua, como de inúmeros sítios existentes no país: a luta pela legalização das terras. Na sequência de uma luta secular contra várias tentativas de usurpação e tomada da terra, ao se autointitular remanescente de quilombos, a comunidade passou do viés de Terras de Santo para o de Terras de Quilombo, abrindo um processo de ressignificação de identidade (HALL, 2003). Destarte, utilizando-se de um discurso

legitimador (apoiado na lei escrita e já não apenas na tradição e no uso secular), que a priori garante a possibilidade de titulação do território, Itamatatiua está, em certa medida, contribuindo para um processo de rupturas, a mudança se exprimindo nos modos discursivos locais (FOUCAULT, 2000). Tal processo se insere não só no que diz respeito ao seu processo discursivo, como quanto ao seu *modus operandi* no que se refere à sua relação com o território.

Nesse sentido, em Itamatatiua observa-se que, assim como acontece em outros sítios, as relações de parentesco são importantes, pois ao mesmo tempo que contribuem para que a comunidade mantenha sua unicidade, são também fator mobilizador para questões externas. A quase totalidade dos moradores está ligada em termos de parentesco, em maior ou menor grau.

Outro ponto que chama a atenção diz respeito a questões de gênero e se estabelece de forma peculiar, se comparado com a maior parte de outros sítios quilombolas: grande parte dos discursos e relações sociais tem como agente social central a mulher, refletindo-se nas conjunturas externas e internas à comunidade. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar que são as mulheres itamatatiuenses o motor que gera as relações essenciais e secundárias e, como consequência, todo o corpo político e social da comunidade. Entretanto, salienta-se que tal processo não se deu de uma forma herdada, e sim construída ocasionalmente, levando em conta a fala dos próprios moradores. Assim, se a paisagem for pensada como "*uma forma de olhar*", é possível remetê-la ao processo de construção das relações sociais e de poder local; e o gênero, enquanto social, a uma relação espacial.

Afora essas relações sociais e de parentesco, Itamatatiua possui uma oralidade fortemente marcada pelas novas tecnologias e os meios de massa. É possível observar a presença de televisores, rádios e outros aparelhos na comunidade, bem como a inserção de alguns modismos, fruto do contato entre cidades. Contudo, apesar dessa presença e atuação, a comunidade ainda vive e sobrevive, num grau elevado, de sua oralidade e práticas perpassadas através dos tempos, o que permite dizer que Itamatatiua ainda não passa – de forma congruente – por uma transformação do seu espaço de oralidade para o de mediação, tanto por conta dos meios de massa inseridos e da forma que atuam nesse contexto, quando pela

representação territorial como um todo. Isso implica que a identidade local está visivelmente enraizada sob as práticas tradicionais da vila; fator relevante na mudança de um espaço de oralidade para um espaço de mediação, se a identidade for vista como "fonte de significado e experiência de um povo" (CASTELLS, 1999, p.22).

Dois consequências resultam desta matriz oral. Por um lado um acentuado conservadorismo, comum às sociedades onde o saber se transmite oralmente e que se justifica pela importância de "não errar". Por outro lado, as experiências de cada um são diretas e se relacionam às demais por meio da construção de uma identidade comum (MEIHY; HOLANDA, 2007). As experiências diretas "alimentam" a oralidade conservadora e a vão transformando lentamente, enquanto diversas mnemônicas orais (rezas, cantilenas) ou materiais (ícones, lugares, objetos) perpetuam a tradição e conservam o conhecimento.

3 O UNIVERSO QUILOMBOLA EM ITAMATATIUA

Todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinados neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos e crenças (PASSOS; BARROS, 2009). Ao se trabalhar com territórios étnicos, tais assertivas vão ao encontro de uma problemática que envolve atores sociais e contextos distintos, bem como complexos, porque interferem com um passado não tão distante nem mesmo inócuo, se considerado para além da historicidade.

Uma grande discussão por parte da academia, das esferas pública, privada e da sociedade, gira em torno da visão ainda existente e abordada desses sítios em relação ao seu passado. Comunidades negras rurais quilombolas, ou mesmo os chamados quilombos urbanos, entram nessa esfera não como espaços que necessariamente tenham sido territorialmente aquilombamentos no sentido literal; entrando-se aí na questão das discussões étnico-raciais. Itamatatiua é um exemplo real de tal afirmação, considerando que não fora um quilombo de fato. Reis e Gomes (1996) já faziam uma ressalva nesse sentido quanto a alguns pesquisadores ligarem a esses sítios o que eles chamam de "africanismos", como se os habitantes desses espaços fossem obrigados a se manterem "fiéis" ao que fora seu

comportamento no berço africano. Propuseram, em vez disso, que se investigasse como esses aquilombamentos continuavam em seu novo espaço, com novos cotidianos, apropriações de valores, culturas e mecanismos diferentes, mesmo aquelas que não atuaram numa formação de refúgio, como na comunidade que aqui estudamos.

Expressão desta gênese complexa é a discussão sobre Itamatatiua ser Terra de Santo (por seus habitantes se considerarem filhos de uma santa católica que também, simbolicamente, é dona das terras em que vivem) ou Terra de Preto, que, segundo Almeida (2008, p. 147), "compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por família de ex-escravos, abarcando também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços [...]"; face ao território enquanto bem de disputa.

Situada a problemática, foi preciso abordá-la na pesquisa para que se pudesse fazer uma análise respaldada não só pelos referenciais teóricos propostos, mas também pelos campos disciplinares neles envolvidos, como o reconhecimento em si do território e todas as suas nuances histórica, política e social.

A arqueologia foi determinante na compreensão das dinâmicas de Itamatatiua. Primeiro porque a arqueologia, para além do estudo da cultura material, compreende todo o universo que envolve a complexidade do mundo social configurada nas paisagens que as comunidades constroem sobre seus territórios (OOSTERBEEK, 2010). Segundo porque a arqueologia identifica a partir das materialidades recortes culturais, contribuindo para a identificação de identidades coletivas num trabalho intradisciplinar, que permite abordar relações de poder, expressas na dominação e resistência e na desigualdade, herdada da divisão original entre colonizadores e colonizados (FUNARI, 2005). Terceiro, porque, por meio da arqueologia da paisagem, foi possível fazer uma leitura do território, das suas transformações no tempo e das dinâmicas dos grupos humanos a ela associados, suas identidades, continuidades (OOSTERBEEK; REIS; SANTOS, 2010).

Por se tratar de um sítio quilombola, visto pelo enfoque contemporâneo do território – étnico, rural, não um quilombo no sentido literal –, questionou-se, durante a construção do trabalho, de que forma a arqueologia seria abordada no que tange a alguns elementos formadores, como as lendas e mitos locais, por exemplo, considerando-os parte do patrimônio

intangível do sítio e de extrema importância na análise do território e sua dinâmica, naturalmente permeado de religiosidade e simbolismo. De acordo com Smith (1985, p. 159), "é o modo de produção social que une o espaço e a natureza numa única paisagem". Assim, concluiu-se que ambos são indissociáveis sob esse aspecto, estando a arqueologia nele inserida, seja na forma em que traduz a paisagem que a compõe, seja na análise das relações sociais e espaciais componentes.

Outro viés que pode ser acrescido nessa análise é o do discurso, mediante o campo da comunicação. Viu-se que, num contexto como o de Itamatatiua, não se pode ter a análise do discurso apenas como um método que objetiva, para além de compreender a mensagem passada, reconhecer qual o seu valor e como se insere num determinado contexto (PUTNAM; FAIRHURST, 2001). Consoante essa problemática, se se tomar como referência a palavra – considerando que a oralidade é forte e presente em Itamatatiua –, pode-se aferir o que Bakhtin (1981) entende como o meio pelo qual um indivíduo se define em relação a si próprio e ao outro ou em relação à coletividade, configurando-se como fenômeno ideológico por excelência. Sob esse aporte, também a paisagem é inserida nesse coletivo e converge na relação discursiva como um todo.

Coadunando, Milton Santos (2006) argumenta que paisagem e espaço não são sinônimos. Para o geógrafo, paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza; e o espaço são essas formas mais a vida que as anima. A partir disso, levou-se em conta, também, sua dimensão simbólico-cultural na construção tanto do seu conceito, quanto de sua identidade, considerando as palavras de Guatari e Rolnik (1986, p. 323): "os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes [...] e pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente 'em casa'".

Assim, correlacionando à questão espacial, na arqueologia e demais ciências, o espaço não é secundário, nem residual, mas sim uma das categorias fundamentais para o entendimento dos sistemas sociais, sendo signo e símbolo das práticas e relações de poder, facilitando a elaboração da identidade de variados atores. Destaca-se aí o caráter funcional e simbólico na compreensão deste espaço quilombola, em que:

a questão a colocar é da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. (SANTOS, 2006, p. 67).

Neste caso, pelo espaço itamatatiuense.

Postas as palavras de Santos, é possível observar uma Itamatatiua num processo de reorganização do seu território, que se dá principalmente em função da luta pela terra (reconhecimento como remanescente de quilombo e o processo encaminhado para titulação das terras) e por fatores internos que se conectam por meio das relações sociopolíticas existentes na comunidade e práticas tradicionais locais.

Como já citado, pode-se aferir que a estrutura organizacional de Itamatatiua tem como elo central a figura de Santa Teresa D'Ávila, que, por sua vez, direciona, em certa medida, as demais redes de relacionamento comunitário, atuando como interlocutora no processo de interação entre comunidades e áreas externas ao território. Todavia, quando se trata da manutenção das terras em posse dos moradores, mais por parte de pessoas alheias à comunidade, a representação sociosimbólica da santa tem perdido espaço, o que se traduz nas palavras de "Seu" Francisco Bracinho: "*antigamente, eles falavam os moradores da Itamatatiua de Santa Teresa ou das terras de Santa Teresa. Hoje, são os moradores do quilombo de Itamatatiua*".

Apesar disso, é na "*Itamatatiua de Santa Teresa*" que se observa uma comunidade organizada de forma autônoma e que tem na formação dos laços de parentesco e compadrio a base de suas relações. Toda a comunidade possui uma ligação consanguínea em menor e maior grau, que se estende nas comunidades vizinhas e atua nas dinâmicas sociais do sítio em diversos âmbitos. Tais laços também influem na esfera política e econômica local, compreendendo a vinculação de ideias tecidas sobre valores, costumes, uso coletivo da terra e organização de direitos (REIS, 2010).

Sua economia tem entre suas principais atividades a agricultura de subsistência, a produção de cerâmica, pequenos comércios locais, a pesca e criação gado e animais domésticos, numa escala pequena.

No que concerne à sua cadeia produtiva, na agricultura tem-se o plantio de milho, mandioca e arroz entre os principais produtos; as hortaliças e frutas ocupam espaço menor. Nesse

sentido, as "roças" se dão de forma comunal e, salvo exceções, não há demarcação de área por cercas ou qualquer outro tipo de separação das áreas, como também não há conflitos entre os moradores. Em geral, cada plantio obedece a um tempo determinado e exige um processo organizado em etapas até o resultado final: a produção da farinha, no caso da mandioca; o arroz e o milho. Durante esse tempo, assim como não há demarcação das terras, a mão-de-obra utilizada se coaduna com a necessidade de cada agricultor. Assim, aquele que não dispôs de um espaço para plantar sua roça, aluga sua força de trabalho, que pode vir na troca de uma parte do produto final (um panero⁶ de farinha, um fardo de arroz, um punhado de milho), o que geralmente ocorre; ou com o pagamento em dinheiro.

Em geral, a produção não é em larga escala, o que resulta numa atividade mais para abastecimento local que propriamente para venda em outras cidades. O mesmo vale para a pesca e a criação de gado. O que se produz é comercializado e consumido na própria comunidade ou em comunidades vizinhas.

Parte da economia local, pequenos comércios – em geral bares – vêm compondo espaço na paisagem de Itamatatiua. Nesses, é possível encontrar desde mantimentos como comida, bebida e artefatos de higiene pessoal e uso doméstico, como parte do que é produzido nas roças. Observa-se, que nesse caso, a relação de compadrio existente na comunidade também se estende entre comerciantes e clientes quando da compra de produtos.

A produção de artefatos cerâmicos é outra atividade complementar na economia da comunidade. Prática tradicional e secular de Itamatatiua, dita-se, a partir de fontes orais, que a cerâmica é produzida no sítio desde a época em que pertencia à ordem carmelitana, o que pode ser comprovado em documentos oficiais que relatam os bens da ordem no final do século XIX⁷. Há algumas décadas, a cerâmica chegou a ser uma das principais rendas da comunidade, abastecendo outros povoados e cidades como Alcântara e Bequimão com louças, em sua maioria de uso doméstico e telhas para construção. Hoje, sua produção já não é feita em alta escala e sua saída é pouca – embora Itamatatiua possua uma exposição externa à comunidade – se comparado a outros tempos. Apesar disso, seu reconhecimento se dá, principalmente, pela produção cerâmica e pela regência feminina sobre ela. Se outrora as mulheres itamatatiuenses

produziam suas louças nos quintais de casa (embora tal prática permaneça em muitos casos), hoje, graças à sua organização socio-política, construíram um espaço que concentra desde o armazenamento de matéria-prima para a confecção das peças até a sua exposição, já prontas para venda e consumo.

Esse processo chama a atenção não só no que tange ao gênero, tendo em vista as mulheres deterem o domínio sobre o processo organizacional de produção como um todo, mas ainda ressalta o papel da cerâmica como elemento identitário da comunidade, com força material e simbólica. Levi-Strauss (1985), em *a Oleira Ciumenta*, já citava que o trabalho da oleira era dar formas ao que não existia, trazendo-a com um processo de produção não tão simples quanto parece e onde cada etapa traduz um conhecimento e simbologias adquiridos e perpassados. Em Itamatatiua, os potes, as bonecas, alguns moldes zoomorfos, cachimbos e aguidais ganham forma nas mãos das artesãs que não veem as etapas de produção de forma mecânica, mas imprimem suas experiências e valores simbólicos nas peças que produzem, diferenciando-se uma das outras, mesmo quando são peças similares: um desenho ou traço que diferencia um pote do outro, por exemplo.

Contudo, embora a produção da cerâmica tenha essa significação, sua representação não se estende ao cotidiano doméstico da comunidade. Não se percebe o uso do artefato nas casas de Itamatatiua (louças, painéis, potes e outros); ausência que pode ser em parte explicada pela presença de novas dinâmicas advindas com a inserção dos meios de massa, como televisores, por exemplo, e algumas presenças externas.

Assim como a cerâmica, outros elementos estão ligados à tradição, ao conhecimento transmitido através da oralidade; que por sua vez permeia muito do universo local e está ligada – direta e indiretamente – às dinâmicas de Itamatatiua, vendo-a, sobretudo, como um território étnico. Gusmão (1999, p. 145) afirma que a relação do negro com a terra é “centrada em ritos, mitos, lendas e fatos”. Em Itamatatiua, essa relação, assim com nas demais esferas sociais componentes da comunidade, é permeada pela religiosidade local, que agrega valores, revelando um sincretismo, por vezes oculto, em suas práticas tradicionais. Os lugares simbólicos, assim como as lendas e mitos, são parte disso e compõem a paisagem da comunidade. Desses,

destacam-se em especial as Fontes do Chora, a Igreja e a Pedra de Encantaria.

A igreja faz parte da paisagem local desde a presença carmelitana na comunidade. Figura como elemento central de identificação e ligação do sítio. Nela encontram-se as imagens de Santa Teresa e dela derivam muitas das referências de Itamatatiua. A Fonte do Chora e a Pedra de Encantaria têm sua origem desconhecida. Contudo, para os moradores, em ambas encontra-se a proteção de “encantados”⁸ que tomam conta desses espaços físico e simbólico, permitindo ou não o acesso de pessoas. Tais imposições regem o cotidiano local de tal forma que, no caso da Fonte, abastecer-se de sua água requer a obediência a horários⁹ determinados e uma licença prévia pedida por quem se utiliza dela ou passa por sua estrutura física.

Sob esse aspecto, Reis (2010) abordou a importância de determinados objetos e arquitetura, seu uso ou função dentro de um espaço étnico como Itamatatiua. Nesses, não há uma mostra de sua tecnicidade construtiva apenas, mas também um aprendizado sobre as significações conferidas a esse patrimônio ao citar essas significações, mostra-os como elementos formadores de sua identidade local, de sua identidade quilombola. Destarte, ao encontro dessa afirmativa, Pinto (1989, p. 25) compreende que “o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isso resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos”. Complementando, Reis analisa que a noção do território itamatatiuense está embutida nesse processo de abordagem como elemento ativo de desenvolvimento, apresentando uma correlação direta com a densidade e as interrelações das instituições formais e informais locais, como a igreja de Santa Teresa, as Fontes do Chora e Pedra de Encantaria, o Centro de Produção, a escola, a casa, a roça, conjugando-se dentro de um mesmo espaço, de um mesmo território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa permitiu responder, a partir de uma base empírica e teórica, às perguntas formuladas e aos objetivos propostos, assim como desencadear novas problemáticas, encontrar novos objetos que podem e devem ser trabalhados não só pela esfera da arqueologia, como perpassados por demais

áreas também importantes na difusão do conhecimento e, principalmente, na atuação como ator social partícipe nesse processo de compreensão do outro – seja em relação ao espaço que ocupa, seja quanto às relações socioculturais, econômicas e políticas.

Assim, esse trabalho possibilitou afirmar que Itamatatua é um território complexo, com ressignificações próprias e distintas relações sociais e de poder. Concomitantemente, observou-se que, para compreender a construção de um território étnico como Itamatatua, é necessário que se perceba o espaço em si, para além das relações socioculturais, como um elemento difusor e primordial de formação. Deste modo, o trabalho provou ser esse lugar uma construção social baseada em realidades representadas por sujeitos ativos, num processo de transformação e de continuidade de um cotidiano local.

Por fim, diante de todas as demandas que esta pesquisa levantou e da falta de muitos dados oficiais, obrigando um “começar do zero” no recontar a história de um território como o “dos filhos de Santa Teresa”, chegou-se à conclusão de que nesse sítio a territorialidade e as dinâmicas se constituem sob identidades circulantes, resultado da experiência cotidiana e da narrativa, que se confundem no discurso da memória daqueles descendentes de escravos, filhos de uma Santa espanhola, resultantes de um contexto histórico distinto – escravagista, rural – e de muitas faltas que se coadunam numa comunidade comunal em busca da legitimação do seu território a partir de suas tradições, cultura e práticas.

NOTAS

1. Grupos de interações sociais que selecionam e estabelecem traços físicos e culturais, valores, instituições etc., como signos diacríticos entre pessoas e grupos para definir formas, regras e padrões de relacionamento com os mesmos, propiciando, desse modo, o surgimento e a manutenção de fronteiras étnicas (SILVA, 2005, p. 3). Ainda segundo o autor e tendo como aporte teórico Barth (1969), os grupos étnicos não surgem do isolamento geográfico, mas de processos sociais produtores da diferença cultural (SILVA, 2005).
2. Dados: Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos 72% equivalentes ao número total de negros, pretos e pardos em todo o Estado do Maranhão.
3. Dados obtidos através da Secretaria de Saúde do Município de Alcântara (MA), em fevereiro de 2010.

4. Informação fornecida por Heloisa de Jesus, moradora de Itamatatua, em 7 de fevereiro de 2010.
5. Informação fornecida por Bracinho, morador de Itamatatua, em 7 de fevereiro de 2010.
6. Equivale a aproximadamente uma saca ou um cofo do que foi produzido.
7. Levantamento feito em 29 de abril de 1893, sobre os bens da Ordem Carmelita em Alcântara. Dados: Cartório do 1º Ofício de Alcântara, Maranhão.
8. Ver: FERRETTI, Mundicarmo. *Maranhão encantado: encantaria maranhense e outras histórias*. São Luís: UEMA, 2000.
9. Segundo narrativa local, é proibida a passagem pela Fonte do Chora a partir das 17 horas. Sua desobediência implica em punições que podem vir sobre a forma de ‘quebrantos’ ou feitiços lançados pelos protetores do local.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- _____. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PPSCA-UFAM, 2008.
- BAKHTIN, M. *Marxismos e a filosofia da linguagem*. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. London: George e Allen & Unwin, 1969.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- PUTNAM, L.; FAIRHURST, G. Discourse analysis in organizations: issues and concerns. In: JABLIN, Frederic M.; PUTNAM, Linda L. (Ed.). *New handbook of organizational communication: advances in theory, research, and methods*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 2001. p.78-136.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2000.
- FUNARI, P. P. *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GUATARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

- GUSMÃO, N. M. de. *Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 1999.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Representações da Unesco no Brasil, 2003.
- LEVI-STRAUSS, C. *A oleira ciumenta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- OOSTERBEEK, L. A arqueologia de um ponto de vista social: recursos, identidades e riscos num contexto de mudança. In: FIGUEIREDO, S. (Ed.). *Actas das jornadas de arqueologia do Vale do Tejo, em território português*. Lisboa: Centro Português de Pré-História e Geo-História, 2009. p.49-63.
- _____. Meio ambiente, património e consciência: uma perspectiva arqueológica. In: PASSOS, M. (Ed.). *Diálogos cruzados: religião, história e construção social*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 61-82.
- OOSTERBEEK; REIS; SANTOS. *Quilombos e globalização: um estudo arqueológico sobre identidades e mecanismos de adaptação*. 2010. Disponível em: <<http://projetoportoseguro.blogspot.com>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- PASSOS, E.; BARROS, M. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PINTO, C. R. J. *Com a palavra o senhor presidente Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- REIS, Milena das Graças O. *Filhos da santa em terras de negro: as dinâmicas de um território chamado Itamatatiua*. 2010. Dissertação (Mestrado) – IPT/UTAD, Portugal, 2010.
- REIS, J. J.; GOMES, F dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, T. da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, DF, v.2, n.1, p.113-140, jul. 2005.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1985. p. 159.